



Número: **0800052-59.2020.8.15.1071**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Jacaraú**

Última distribuição : **28/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MIKAEL AGRICIO PESSOA DA SILVA (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39970684	26/02/2021 12:14	2752370_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB

Processo n.º 08000525920208151071

BRADESCO SEGUROS S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MIKAEL AGRICIO PESSOA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Ocorre que, administrativamente, ficou apurada somente DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA NO DEDO DO PÉ DIREITO (50%).



DADOS DO SINISTRO				
Número: 110050308	Cidade: Pedro Régio	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: MIGUEL AGRICOLA PESSOA DA SILVA	Data do acidente: 11/02/2019	Seguradora: MAPFRE PREVIDENCIA S.A.		
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data de análise: 29/10/2019				
Valoração do DML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA DIPISTA DE 1º DEDO DO PÉ DIREITO (LESÃO DE TENDÃO EXTENSOR).				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (OSTEOSÍNTESE), ALTA MÉDICA.				
Sequelas permanentes: LIPETIÇÃO DO ARCO DE MONTEMONTES DE 1º DEDO DO PÉ DIREITO.				
Sequelas: Com sequelas				
Documento/Motivo:				
Nome do documento:				
Estante:				
Apostamento do Lado do DML:				
Condição constatada:				
Quantificação das APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DE DE 1º DEDO DO PÉ				
sequelas: DIREITO.				
Documentos complementares:				
Observações: PÁG.475, CIRURGIA.				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Porcentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Excesso/abaixamento da Perda (art. 2º § 1º da Lei 6.194/74)	% Aplicado	Indenização pelo dano
Dano da perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
		Total	5 %	R\$ 675,00

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão no **PÉ DIREITO**.

Ressalta-se a discrepância entre as avaliações médicas. Administrativamente, foi apurada lesão de 50% de dedo do pé direito e no presente laudo judicial a lesão foi apurada como 25% do PÉ DIREITO.

ORA, EXA., COMO BEM DEMONSTRADO ACIMA, A PARTE AUTORA SOFREU SOMENTE LESÃO NO DEDO DO PÉ, HAVENDO FEITO TRATAMENTO INCLUSIVE.

COMO PODE AGORA, APÓS MAIS DE UM ANO DO ACIDENTE, APRESENTAR TAL AGRAVEMNTTO E ASSIM INDICAR LESÃO NO PÉ DIREITO?

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JACARAU, 18 de fevereiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

